

Memória e opinião*

Pierre Laborie

Todo mundo pode falar longamente sobre a memória, todo mundo tem sua opinião a respeito da opinião. Nem uma nem outra pertencem propriamente ao campo do historiador, por mais aberto e hospitaleiro que ele seja. Elas se inserem no espaço extensível do saber imediato e de suas falsas paisagens “Potemkin”,¹ bem como do senso comum e de suas intuições, mas também de suas prevenções, mal-entendidos, imprecisões e confusões. Aliás, antes de mais nada, cabe lembrar o risco de render-se à facilidade ilusória desse tipo de noções conceituais. A despeito do que seu uso frequentemente dá a entender, é lícito duvidar de sua capacidade de apreender em sua generalidade fenômenos de natureza fundamentalmente complexa, seja porque dizem respeito ao mental coletivo, seja porque se caracterizam por uma extraordinária diversidade de expressão e de sentido. Vamos repetir: a opinião não é uma categoria universal, e sim uma construção que resulta de sua própria história e que contribuiu para produzi-la. Por sua vez, antes de poder ser identificada por uma de suas múltiplas manifestações, é sobretudo no plural que a palavra memória deve ser empregada.

Essa exposição preliminar visa tão somente situar o espírito com que me proponho abordar tais questões. Se meu ofício de historiador me levou a trabalhar com a memória e a opinião como formas de representações coletivas, o tema desta coletânea me permitiu considerá-las de outra forma e descobrir, sob um ângulo diferente, possibilidades que eu supunha erroneamente estarem esgotadas.² Esforço intelectual salutar, portanto, uma vez que não me havia ocorrido refletir sobre os dois conceitos conjuntamente e descobrir o que poderia ser tirado dessa relação.³ Vale dizer, no entanto, que se a ideia era boa, as coisas não se revelaram simples.

* Tradução de Luiz Alberto Monjardim.

¹ Alusão ao favorito de Catarina II que, por ocasião da viagem da imperatriz à Criméia, em 1787, fez erigir ao longo da estrada aldeias de fachada povoadas de figurantes.

² Meu duplo agradecimento a Denise Rollemberg, que me propôs esse tema e me convidou para participar do seminário.

³ A não ser fortuitamente, ao estudar casos particulares.

Isso porque, para ser franco, devo dizer que esse tipo de reflexão é novo para mim, com todas as limitações e insuficiências que lhe são inerentes.

Como abordar tais questões do ponto de vista da história e do historiador? Como apreender ao mesmo tempo e num mesmo movimento dois objetos vistos geralmente como não constituídos, de limites mal definidos, a tal ponto que, no caso da opinião, podemos considerar “inapreensível”? À diferença de outros temas mais tradicionalmente associados à memória, não se percebem de imediato todos os vínculos e relações existentes entre as duas noções, e sim que elas remetem evidentemente ao *mental-emocional* coletivo, ao universo dos imaginários sociais. Voltaremos a esse ponto, mas, nos dois casos, tanto na natureza como no funcionamento da memória e da opinião, aqui entendidas exclusivamente em sua dimensão coletiva, o papel da relação com o tempo e dos sistemas de representações parece central. Sem buscar definições aliás inacessíveis, tentando dizê-lo em poucas palavras, uma primeira tentativa de esclarecimento de algumas características principais da memória e da opinião deveria ajudar a ressaltar a importância desses dois traços, de um lado e de outro.

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente.

Os fenômenos de opinião refletem representações do presente que, apesar das aparências, não exprimem unicamente a relação dos atores sociais com esse mesmo presente. Eles traduzem as reações cambiantes do sentimento coletivo diante das interrogações ou dos acontecimentos do presente, mas também diante de questões atemporais reformuladas ao presente. Nas hierarquias de importância ligadas ao contexto, eles remetem, pois, ao mesmo tempo à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro.

Nessas duas visões esquemáticas, é claro, o modo de relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de passado. Esse traço comum é apenas um elemento de um conjunto de semelhanças e diferenças cujo inventário é de interesse apenas limitado. Por outro lado, há muito que aprender com a observação das interferências de fato, das interações e das influências recíprocas entre os dois fenômenos. Em suma, como vimos e tornaremos a ver, a memória intervém na fabricação da opinião pela

influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia.

No que nos concerne aqui, evidentemente são as encruzilhadas e as passarelas entre opinião e memória que merecem especial atenção. Que tipos de ligações, que relações e influências recíprocas existem entre memória e opinião? Quais os seus efeitos sobre os dois fenômenos, e com que consequências? Assim formulado, o problema que atravessa esta exposição parece relativamente simples de se colocar. Mas ver com clareza de início não basta para dissipar a bruma que envolve as zonas de interferências. Teoricamente é fácil estabelecer distinções entre opinião e memória, mas o mesmo não ocorre quando os dois fenômenos se sobrepõem. Daí novas interrogações: até que ponto a opinião depende das interpretações do passado que as estratégias memoriais podem tentar lhe impor, por exemplo, ocupando metodicamente o espaço midiático? Até que ponto, por outro lado, o papel da memória como ator social depende da aceitação e da visibilidade por ela adquiridas graças ao eco e à caixa de ressonância que a opinião lhe propicia? Como se efetuam a apropriação coletiva de um discurso da memória e sua transformação em vulgata difundida pela opinião? Que acontece quando os usos sociais transformam a memória em objeto de opinião? Que sucede com essa memória e seu estatuto histórico quando ela se torna uma questão de opinião?

Como se vê, são muitas questões interligadas, interrogações e cruzamentos complexos, dificuldades diante das quais todos os argumentos são reversíveis. Muitas questões impossíveis de apreender em sua totalidade, ainda mais em tempo limitado. Sem perder de vista a inevitável superposição dos questionamentos, darei aqui prioridade àquilo que julguei ter percebido como intenções no tema proposto. A saber, procurar refletir sobre os dois processos de construção, sua interações e seus efeitos; depois, mais além, no campo que diz respeito ao trabalho de elucidação da história, sobre suas exigências. Nessa perspectiva, três eixos principais — porém tratados de maneira desigual — marcam a articulação desta exposição:

- diante da imprecisão que reina nos espaços comuns à memória e à opinião, e diante dos usos que geram a confusão e que a exploram por vezes, é necessário rever alguns dados básicos sobre a memória e a opinião para um breve trabalho de esclarecimento, mesmo que sumário;

- em seguida, é preciso tentar estabelecer um inventário comparativo das características mais significativas dos dois fenômenos, notando que são as mesmas ferramentas conceituais que servem, nos dois casos, para empreender o esforço de esclarecimento;
- a última parte será dedicada à problemática transversal. Focalizará os cruzamentos, interferências e interações entre memória e opinião. Daí uma série de problemas criados pelo estatuto histórico das duas noções e pelos efeitos das estratégias memoriais, com seus riscos de desvios, de deturpação de sentido, chegando por vezes ao embuste.

Por último, cabe observar que o tema — e essa é uma de suas dificuldades — remete constantemente a abstrações e questões epistemológicas referentes à ideia e a escrita da história. Sempre que possível, faremos referência a situações históricas ligadas sobretudo à memória do segundo conflito mundial na França e mais precisamente à vulgata memorial midiática que supostamente reflete as atitudes coletivas dos franceses sob Vichy e a ocupação alemã. Sua construção e sua condição atual de verdade dominante na opinião revelam de modo muito significativo os problemas da relação estreita porém difusa, raramente explicitada, entre memória e opinião.

I. Alguns lembretes

Algumas indicações básicas são aqui indispensáveis. Referem-se elas à opinião e à memória, incluindo uma rápida revisão daquilo que diz respeito à história e marca seu território. Tais dados elementares visam tão somente fazer compreender melhor de que estão falando os historiadores quando se referem à opinião e à memória.

Sobre a opinião

Não voltaremos aqui aos questionamentos habituais, espécie de exercícios obrigatórios que geralmente precedem as tentativas de reflexão sobre a opinião. Não abordaremos os problemas recorrentes da natureza e da realidade social da opinião pública, nem da escolha do termo mais apropriado,⁴ muito menos do valor, do papel ou do sentido a serem atribuídos às sondagens de opinião. Mas, queiramos ou não, a afirmação incessante de uma equivalência entre sondagens e opinião tornou-se um fato sociocultural que não pode ser ignorado. Por sua repetição

⁴ Em vez de falar de expressão da opinião pública, rigorosamente enquadrada pelas ciências sociais, mas objeto de debate permanente, falaremos de história simplesmente da opinião ou, ainda, de fenômenos, fatos, acontecimentos de opinião. A ideia de movimento e a escolha do plural evidentemente não se devem ao acaso.

pluricotidiana, mecânica, a frequência de uso serve de prova da existência da opinião. Prova à revelia, que não prova nada e que de modo algum resolve o problema.

Isto posto, podemos destacar alguns dados sobre o funcionamento e a percepção da opinião:

1. As manifestações explícitas e visíveis dão apenas uma legibilidade parcial à opinião. Cumpre igualmente evitar três grandes armadilhas ligadas às aparências: as da proximidade, do sentido e da linguagem.

A familiaridade do uso da opinião é uma falácia. Leva a crer que tudo é uma questão de bom senso, de lógica, de uma opinião sobre a opinião... Essa falsa ideia é corroborada pelo uso de sondagens que levam a crer que a opinião é não só uma realidade mensurável, mas também acessível, fácil de perceber, compreender e interpretar. Na verdade, para além dos sobressaltos emocionais e das aparentes agitações espetaculares, trata-se de um fenômeno coletivo complexo, opaco, de legibilidade imediata enganosa.

Os fenômenos de opinião fazem lembrar as fachadas em *trompe-l'oeil*. O que se vê nem sempre é o que é.

A realidade da opinião não depende de sua expressão manifesta. Não só ela existe externamente à sua manifestação explícita, como também, ao contrário do que geralmente se diz, suas manifestações mais visíveis, mais espetaculares, não são obrigatoriamente as mais significativas. Chega-se assim a uma ideia primordial para a compreensão do fenômeno: a opinião que se manifesta abertamente não é necessariamente a opinião que se tem. Essa ilusão ou essa falsa percepção concerne ao mesmo tempo ao sentido das reações e ao modo de funcionamento da opinião. Para alguns, como se sabe, não só a expressão da opinião resulta do *trompe l'oeil*, como também ela própria não passa de uma ilusão, de um artefato.

Na aparência, e isso é reforçado pelas perguntas das sondagens (sim/não, a favor/contra), a opinião exterioriza seus pontos de vista numa linguagem binária que mascara um funcionamento complexo. Na realidade, sua expressão é bem mais opaca, especialmente em situações de crise. A fabricação da opinião envolve tensões e contradições que se manifestam por atitudes aparentemente contrárias à lógica — mas que têm sua “lógica”, diferente —, por ambivalências, pelo pensamento dúbio e suas zonas cinzentas. Linguagem difícil de traduzir, em que as incoerências não são percebidas como tais, em que nem tudo se reduz à razão.

2. A opinião é um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, o qual exprime uma relação com o tempo e dele decorre. Depende, obviamente, do contexto e das categorias utilizadas, mas também dos regimes de temporalidades, das representações cruzadas entre passado, presente e futuro. O sentido que a memória dominante — ou as diversas memórias sociais — dá ao passado intervém de maneira decisiva nas representações que a opinião faz do presente.

3. Em história, os fenômenos de opinião, para serem compreendidos, não podem ser isolados e considerados separadamente. O sentido que se possa dar às reações da opinião ou ao seu movimento depende estreitamente das relações com o tempo e das interações com o contexto. Eis porque nenhum fato de opinião poderá ser corretamente apreendido, elucidado, se for tomado por si só, artificialmente destacado da espessura do tempo e de seu ambiente *mental-emocional*. No entanto, é isso que freqüentemente se observa nos estudos de opinião, segmentados e focados em função dos problemas sobre os quais ela se pronuncia. Cada expressão de opinião, cada fato de opinião fazem parte de um todo imbricado, que deve ser apreendido em sua totalidade para não ser descaracterizado.

Sobre a memória

Reduzir a memória a alguns dados elementares é um exercício ainda mais perigoso que no caso da opinião, um sobrevoo inevitavelmente lacunar.

1. A memória é a base da identidade, e sua dimensão identitária é evidentemente fundamental. Pessoas e sociedades são feitos de memória — e de lacunas de memória... Ela torna a dar existência àquilo que existiu mas não existe mais, ela é uma “representação presente de uma coisa ausente” (Paul Ricoeur).

2. As memórias são plurais, a palavra e a ideia são multiformes.

O termo memória comporta múltiplos usos e empregos, acarretando por vezes confusão e mudança de sentido. O mais importante, ao menos na França, o mais frequente na linguagem memorial-midiática, é a perniciosa equivalência disseminada entre memória e história, a falta de distanciamento crítico entre a memória e seus usos.

Além disso, o termo remete a diferentes expressões de rememoração do passado: memória coletiva, social, familiar, memória histórica, memória de testemunhas, de propagadores de

memória... Poder-se-ia esboçar uma tipologia das formas de memória a partir da natureza de seus modos de expressão. A título de exemplo, e inspirando-nos naquela que foi proposta por Paul Ricoeur, poderíamos fazer distinção entre memória enunciada, afirmada, memória significada, memória bloqueada, sufocada, memória imposta, memória manipulada, memória fundadora etc.

Cada uma dessas mereceria uma exposição e uma explicitação. Apenas três especificações:

- A memória bloqueada faz referência à repressão, aos tabus, às “memórias interditas”, às memórias contidas e tornadas inaudíveis, à impossibilidade ou à insuficiência do trabalho de luto... Na França, tal foi o caso, até os anos 1970, para os raros judeus sobreviventes retornados da deportação e, por mais tempo ainda, para as vítimas dos bombardeios aliados de 1943 e 1994, e para as mulheres que tiveram as cabeças raspadas após a libertação.
- A memória imposta diz respeito à injunção, ao imperativo, ao *dever de memória*, aos seus mal-entendidos, com todos os problemas criados pela projeção da rememoração no futuro.
- A memória fundadora (que também se poderia denominar instauradora, estruturante) põe em evidência eventos selecionados e carregados de significação particular. Essa operação seletiva pode referir-se a eventos que, à diferença do 11 de novembro de 1918, da libertação de 1944, de Hiroxima ou do colapso do sistema comunista soviético em 1989, não deixaram lembranças diretas para seus contemporâneos. Conhecidos e pensados somente depois em sua dimensão singular, serviram no entanto para construir uma memória coletiva e para lhe dar sentido. Auschwitz ou, na França, em menor medida, o resistente Jean Moulin são dois exemplos.

3. A memória é uma encenação do passado. Assim como para a opinião, as aparências e as intenções afirmadas podem ser enganosas. A apreensão imediata da memória faz surgir uma série de divergências entre o que ele diz ser, entre a visão comum do fenômeno e seu modo de funcionamento real. Nos fatos, a memória é menos presença do passado do que escolha do passado,⁵ do que uma reconstrução do passado para servir aos fins do presente. Ela é ao mesmo tempo uma luta contra o esquecimento, a recusa ao esquecimento, e uma forma de organização do esquecimento. Por sua vez, ela fabrica lacunas de memória.

⁵ Ver Lavabre, 1994.

4. A memória é do âmbito do “*prêt à penser*”. Ela congela o tempo, congela a “verdade”. Pode modificar seu discurso, alterar-lhe o conteúdo, mas funciona por imagens fixas, irrefutáveis quando são enunciadas. Ela traduz uma relação com o tempo definitivo, como que parado. Pode-se então falar das prisões ou confinamentos da memória, e seu pensamento binário vai no mesmo sentido. O discurso da memória dá pouco lugar à complexidade, à reflexão crítica. Ela se arranja com o passado.

5. A memória e seu campo afetivo prestam-se, enfim, aos processos de sacralização, ponto de partida da cegueira, dos desvirtuamentos, das usurpações anacrônicas do presente na compreensão do passado.

6. A memória tem uma função militante. Ela sacode a indiferença, luta pelas causas que considera justas, denuncia o que lhe parece intolerável, exalta o que lhe parece admirável, exprime suas convicções de cidadão.

Sobre as exigências da história

O historiador é também cidadão... daí serem frequentes as contradições difíceis de superar, os problemas conhecidos e sem dúvida impossíveis de resolver no absoluto. Se não se trata de opor de maneira estéril a história à memória, é sabido que a natureza, o sentido e as funções dessas duas noções marcam diferenças notórias na restituição e retranscrição do passado. Os usos que a memória às vezes faz do passado obrigam-nos a lembrar aqui um mínimo de exigências elementares para a prática da história como disciplina:

- a escrita do passado, os relatos sobre o passado que se valem do anacronismo mental e da teleologia não são do âmbito da história. Servem-se dela, o que é completamente diferente. Se a instrumentalização e a ideologização da história são problemas banais, não deixam de estar bastante presentes na relação entre memória e opinião;
- a história deve acima de tudo respeitar o pacto de probidade e verdade. Seu papel é tentar compreender, formular explicações, dar sentido e inteligibilidade à desordem do passado. O historiador não é um juiz, não está ali para dizer quem é inocente ou culpado, para absolver ou condenar, para inculpar ou desculpar. Esse trabalho é necessário, pode ser reclamado pela memória, e compete à justiça realizá-lo. Daí as ambiguidades e os problemas criados pela relação

entre justiça e história, pelos processos considerados como lições de história que “ficam na memória”, que confirmam precisamente a relação entre memória e opinião.

Porém, uma vez mais, as coisas são simples apenas na teoria. Na realidade sabemos quão difícil é observar de maneira intransigente essas exigências e esses limites. As fronteiras são porosas. Onde, no entanto, se faz necessário manter o rigor, o emprego das palavras deveria suscitar uma vigilância particular dos historiadores. Com todo o respeito e amizade que tenho por Philippe Joutard, pergunto-me se noções como “memória histórica” podem nos trazer maior clareza.

II. Semelhanças e diferenças

Relacionar a memória com a opinião faz surgir uma série de semelhanças, diferenças, interferências e influências recíprocas. Trataremos por alto das primeiras, pois são a amplitude e a importância das interações o aspecto que aqui mais nos interessa e que será examinado na terceira e última parte deste texto.

Semelhanças

Vistos de fora, os pontos de semelhança entre memória e opinião remetem principalmente à inconsistência dos objetos. Como já indicado na parte introdutória, estamos diante de noções “moles”: fluidez, definição impossível ou aproximativa, plasticidade, acesso e compreensão fáceis, na aparência, do nível do senso comum.

Em segundo lugar, pode-se apenas destacar o papel central das representações mentais, presentes em todos os níveis e fases da construção ou da recepção. Representação do passado condicionada ou não pela memória dominante na construção da opinião, representações do passado visto do presente na fabricação da memória, representação que fazemos da opinião dos outros etc.

Enfim, para ser breve, sem nos alongarmos no assunto, vê-se que, tanto para falar da opinião como da memória, os historiadores utilizam as mesmas ferramentas conceituais, especialmente no que concerne às condições de recepção e aos processos de captação e apropriação, identificáveis por toda parte. A transformação de um discurso da memória em vulgata pelo efeito de legitimação exercido pela opinião obscurece a distinção entre os dois

fenômenos. A mensagem da memória e, mais além, a interpretação do passado de que ela é portadora entram assim no domínio nebuloso das questões de opinião.

Diferenças

Por questão de simplicidade, as principais diferenças podem ser listadas segundo uma classificação temática, em função da natureza das duas noções, de seu estatuto, de seu modo de relacionamento com o real, de funcionamento e de expressão.

Diferença de natureza

Pode haver interrogações sobre as figuras e os contornos da memória, mas não sobre sua realidade, ao contrário da opinião.

No mesmo registro, a memória é um elemento estruturante da representação do mundo nas sociedades humanas, da relação dos homens com o mundo. Já a opinião e suas reações são apenas um dos reflexos passageiros dessa relação com o mundo. Elas não a constroem, são um dos seus reflexos fragmentários.

Diferença de estatuto

A memória exprime certezas, prendendo-as, fixando-as; ela é depositária de uma verdade que pode adquirir um caráter sagrado. O imperativo do “dever de memória” pertence a essa configuração. Evidentemente, não existe “dever de opinião”! Ela não transmite nenhuma injunção, permanecendo — em princípio — um espaço de debate, de reflexão crítica, de evolução constante, de mudança, de viradas, de retornos... É o lugar das ambivalências, das contradições, das lógicas de pensamento que não são lógicas da razão, mas que têm sua razão de ser.

Diferenças no modo de relacionamento com o real, nos modos de funcionamento e de expressão

Apesar de reconstruir representações do passado, a memória se baseia na experiência do vivido. Ela transmite o *real*, ela rememora, ela testemunha sofrimento, ressentimento, às vezes felicidade... Essa função de testemunho tem um papel estruturante, podendo levar a memória a colocar no centro de sua razão de ser um real de traços desintegrados (Auschwitz).

Já a opinião funciona nas percepções e representações do mundo, do acontecimento ou dos fatos da sociedade. As emoções não estão ausentes dessas percepções e de seus efeitos, mas,

mesmo quando seu papel é importante, elas não duram como as marcas. Assemelham-se mais a variáveis de duração limitada do que a longas permanências. Tais diferenças remetem mais amplamente àquela da relação com o tempo, já mencionada.

Lembremos, enfim, que o discurso da opinião é ao mesmo tempo binário e complexo, explícito e implícito, segundo os níveis e as formas de expressão, ao passo que o da memória procura transmitir certezas, declara o bem e o mal, o justo e o injusto.

III. Interações e usos

Se tais diferenças entre opinião e memória devem estar sempre presentes em nossa mente, são as interferências, as interações e seus efeitos que aqui nos interessam prioritariamente, pois suscitam indagações a respeito do problema do sentido. Como já foi dito, a incerteza se instala quando os dois fenômenos se juntam para se nutrirem um do outro e se diluírem em parte, formando um binômio opinião/memória de práticas ao mesmo tempo antropofágicas e inventivas. A memória coletiva não necessita da opinião para existir. Existe sem ela, ator social invisível, subterrâneo, presente e arraigado nas estruturas mentais das sociedades humanas. Mas ela só se torna verdadeiramente coletiva e dominante, e portanto um fato social, quando conta com a intermediação, a aceitação e o apoio da opinião.

A memória como ator social é, pois, em parte dependente de sua recepção na opinião. Os processos de validação, apropriação e legitimação parecem reduzir os problemas de memória a questões de opinião. Se, como veremos, tal redução não é contestável, poder-se-ia então dizer que a memória se torna dependente da visibilidade que ela encontra em sua recepção na opinião? Uma vez mais, isso seria simplificar, pois tudo se passa numa relação interativa, e a opinião, por sua vez, é dependente do discurso sobre o passado formulado pela memória. Três grandes questões permitem dizê-lo de outra forma: que acontece com a memória quando ela se torna ao mesmo tempo questão de opinião e estratégia de opinião para o presente? Como e por que a opinião, espelho da sensibilidade coletiva, se reconhece num discurso da memória? Como se dá o processo de apropriação que transforma um discurso da memória em vulgata tornada verdade evidente na e para a opinião? Como e por que, por exemplo, na França, a partir dos anos 1970, os franceses se apropriaram da vulgata sobre as atitudes coletivas durante a guerra e aparentemente aderiram a essa visão do passado?

Não é possível apreender o conjunto das questões levantadas, muito menos fornecer resposta para todas elas. A reflexão se limitará aqui a evidenciar os efeitos marcantes das comparações entre opinião e memória e a tentar separar os problemas mais significativos.

Interações

A opinião não encontra com a memória somente através de suas injunções eventuais. Desnecessário é lembrar que, conscientemente ou não, ela se fabrica com as imagens do passado. Na França, por exemplo, é impossível explicar a adesão ao marechal Pétain em junho e julho de 1940 sem levar em conta a representação do passado de que ele então se tornara símbolo, a do “vencedor de Verdun” (1916). Símbolo do passado a que os acontecimentos do presente — derrocada do país, inimaginável para os contemporâneos — emprestavam um significado particular. Nem que fosse apenas no tocante às relações entre a opinião e esse mesmo velho marechal, poderíamos multiplicar as explicações do mesmo tipo: o acontecimento presente reinveste o sentido do passado, dando-lhe um “acréscimo de sentido” carregado de influência.⁶ Essa reintrodução do passado assim repensado na leitura que a opinião faz do presente põe em relevo, aliás, o papel mais geral das temporalidades — ao mesmo tempo superpostas e cruzadas — no funcionamento da opinião.

Assim, é uma opinião fabricada ela mesma com a memória que se exprime sobre a memória dando sua aprovação ou não a uma interpretação do passado formulada precisamente por uma das diversas memórias. A opinião é feita de memória, mas por sua vez também a fabrica pela adesão a um relato, através de suas funções de validação, autenticação e legitimação, e por seu poder de difusão. Num país ou num grupo social, esse reconhecimento que a opinião confere ou nega a esta ou aquela visão do passado, assim como seus ajustes ou suas contestações eventuais em função das circunstâncias são, evidentemente, para o historiador espelhos reveladores da evolução da sensibilidade e do mental coletivos.

As vicissitudes da memória dos anos de guerra na França abundam em exemplos. Durante cerca de 30 anos após o fim da II Guerra Mundial os franceses reconheceram-se numa visão do passado que identificava seu país àqueles que haviam resistido ao regime de Vichy e à ocupação alemã. Identificação simbólica, e não, como frequentemente se ouve dizer, de modo caricatural, se afirmando e se vendo como “resistentes”, por usurpação.

⁶ Tomei emprestada a expressão de Hannah Arendt.

A partir de meados dos anos 1970, essa percepção foi denunciada como uma falácia e substituída por outra visão que hoje se tornou dominante. Largamente difundida pelos veículos de opinião, ela vê na representação anterior apenas um *souvenir-écran* (“recordação encobridora”), uma honraria inventada para mascarar a realidade de um país que teria sido fraco, pusilânime e cúmplice dos invasores. Ela associa a Resistência a uma minoria marginalizada, de importância equivalente em número à daquela outra minoria engajada na colaboração.⁷

A opinião fabrica a memória de que ela também é feita, mas suas funções de validação e legitimação podem advir de uma intervenção da própria memória, de uma solicitação que tanto pode resultar das imposições das leis memoriais como de outros tipos de coerção. Mas a intimidação, a obrigação de se lembrar ou a injunção só serão entendidas se forem difundidas por um movimento de opinião. Na França, a noção de *dever de memória* é sua forma mais comum, mecanicamente retomada pelo discurso politicamente correto e pela mídia, onde ela é afirmada como uma evidência. No entanto ela cria problema — e não apenas para os historiadores críticos, suspeitos de defenderem ciosamente seu território — precisamente porque está em vias de se tornar uma questão de opinião.⁸

Mudança de estatuto e de sentido

Entre os problemas ligados aos efeitos do vaivém entre memória e opinião — sem dúvida mais importantes que tão somente a questão das injunções da memória — estão aqueles decorrentes de suas mudanças de estatuto.

Ao ajudar o discurso da memória a sair de sua visibilidade limitada, a opinião aumenta a sua força, seu público e sua influência. Mas, e isso é importante, ela transforma sua natureza fazendo da verdade sobre o passado uma questão de opinião, conferindo às representações da memória um estatuto de verdade. Faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade. Por mudanças sucessivas, passa-se da memória portadora de *uma* verdade à memória lugar e expressão *da* verdade sobre o passado. O que era um relato, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse

⁷ Não se trata de julgar como historiador o fundamento de visões divergentes, e sim de ilustrar as variações da vulgata e de sua aceitação na opinião.

⁸ Sobre esses problemas, remeto o leitor ao livro de Ricoeur (2000) e ao debate por ele suscitado. O tom de um artigo publicado no jornal *Le Monde* (22-8-2008) sobre as opiniões relativizadas desse filósofo (já falecido) sobre o “dever de memória” do Holocausto é revelador das tensões ligadas às questões memoriais.

passado. Os usos políticos, identitários e outros da memória a arrastam para o terreno instável da opinião e se aproveitam da confusão entre memória e história. A linguagem dos meios de comunicação já não importa, e a simplicidade do discurso binário, justiceiro e compassivo da memória convém perfeitamente ao modo de funcionamento deles, alérgico à expressão da complexidade. A validação e a legitimação da memória pela opinião facilitam objetivamente a mudança para enunciados do tipo “a memória é a história verdadeira, diferentemente daquela dos historiadores, abstrata, distante e fria” — cuja repetição ainda acaba servindo como demonstração.⁹

Sacralização

Talvez esteja aí o problema principal. Quando a opinião se apropria da memória, e de certo modo apodera-se desta colocando-a em posição dominante, com todos os seus meios de persuasão a seu serviço, ela transforma uma questão de opinião referente à interpretação do passado numa verdade evidente sobre o passado. A legitimação pelo suporte da opinião vem a reforçar um dos traços característicos do funcionamento da memória, que é a afirmação irrevogável de sua verdade. Sem ser seu único fator, a sacralização da memória se apresenta como um dos produtos do binômio memória/opinião. Ela pode chegar a instituir tabus, a pôr no índice trabalhos de historiadores que não estejam conformes.¹⁰ Acrescente-se que essa espécie de religião da memória, com seus dogmas e interdições, empenhada em lutar contra a amnésia, cria necessariamente, por sua vez, lacunas de memória.

Desvios e riscos de deturpação

O funcionamento do binômio memória/opinião e seus efeitos, assim como aqueles ligados aos usos sociais de uma memória que se tornou uma questão de opinião, suscita inevitavelmente questionamentos sobre o papel da história, sobre o que dela resta, sobre o que ela se torna e sobre qual pode ser o seu lugar nesse dispositivo.

⁹ Observando-se o que aconteceu com *Le chagrin et la pitié*, filme de Marcel Ophüls (1971) sobre a memória dos anos de guerra numa cidade provinciana da França, e fazendo-se uma análise rigorosa das fases que marcam a evolução de seu estatuto memorial na opinião, é possível ver como se dão essas mudanças sucessivas.

¹⁰ A propósito de acontecimentos dolorosos de responsabilidades controversas, ou de questões ligadas aos excessos do expurgo na França pós-libertação, muitos são os historiadores da Resistência suspeitos de intenções malévolas por terem se recusado a retomarem por conta própria reconstruções arranjadas previamente. Sobre os problemas colocados pela história e a memória do Holocausto, são bem conhecidas as dificuldades encontradas por Hannah Arendt, Raul Hilberg e Peter Novick em suas respectivas épocas.

A transformação da memória numa preocupação social e num problema de opinião acabou por difundir modos de análise do passado suscetíveis de contestação. Eles indicam um nítido abrandamento das exigências de método que caracterizam a especificidade da história como disciplina intelectual. A índole justiceira e militante da memória — perfeitamente legítima de seu próprio ponto de vista — acentuada ainda mais quando ela se faz portadora de questionamentos ou mesmo de reivindicações identitárias, leva a raciocinar sobre o passado em função unicamente dos fins do presente. Daí a banalização quase sistemática do emprego do anacronismo, especialmente do anacronismo mental, o mais propício às manipulações e cuja importância é fundamental para a construção de sentido. Banalização que se estende igualmente à argumentação pelo erro do raciocínio teleológico e pela falsidade de suas lógicas invertidas, quase caricatas. Não apenas julga-se o passado através de encadeamentos artificialmente reconstruídos, com categorias alheias aos modos de pensar ou às possibilidades de conhecimento do período estudado, mas também raciocina-se como se os homens se comportassem com uma presciência de um futuro que no entanto desconhecem e que em grande parte é imprevisível. O binômio memória/opinião propicia estranhas leituras do passado nas quais se analisam os comportamentos em função do que deveriam ter sido, a partir de um sistema de valores ou de hierarquias pertencentes ao presente, artificialmente decalcadas sobre o passado e instauradas como exemplares, absolutas e eternas. Tudo isso sob o julgamento da opinião cujas flutuações, por vezes sob influência, tão bem conhecemos.

A esse enfoque enviesado do passado, que é quase uma negação ou uma espécie de naufrágio da história, somam-se ainda ambiguidades sobre as funções atribuídas à memória. Assim como não ocorreria a ninguém a ideia de contestar o ato de fidelidade que representa o desejo de preservar a lembrança e de salvá-la do esquecimento, também pode causar perplexidade o fato de se justificar a importância da memória por seu suposto papel de medicina preventiva dos riscos do futuro. Todos conhecem a frase famosa que afirma a necessidade de se conhecer o passado para não vê-lo repetir-se. Poderíamos citar uma centena de exemplos mostrando que existem usos simplificadores que beiram o embuste.¹¹

Embuste da fidelidade à memória que se caracteriza quando a autoridade moral inerente à memória do sofrimento, reforçada pelo peso e o apoio de uma opinião majoritária, serve para

¹¹ Um dos exemplos trágicos nos é dado pela memória onipresente da Grande Guerra e seu pacifismo militante dos anos 1930 na França, terminando com um novo conflito com a Alemanha.

justificar o pior. Apenas um exemplo. Na França, em 1949, escritores¹² que denunciaram a existência do *gulag* na União Soviética foram violentamente caluniados por *Les lettres françaises*, prestigioso semanário do Partido Comunista fundado na clandestinidade dos anos da ocupação e dirigido pelo escritor Louis Aragon. Durante os processos por difamação, os resistentes e deportados opuseram a verdade de sua memória insuspeita aos depoimentos dos querelantes afirmando a existência de campos de trabalhos forçados na União Soviética. Valendo-se da legitimidade que lhes conferia sua experiência nos campos de concentração nazistas e invocando a fidelidade à memória das vítimas, personalidades ilustres acusaram duramente de mentirosos aqueles que denunciavam os campos e o sistema de repressão na União Soviética.¹³ Os escritores difamados venceram os processos, mas a opinião permaneceu sensível à *verdade* transmitida pela memória.

Evidentemente, os desvios da memória por sua vez não devem nos cegar. Não há aqui um processo contra a memória movido pela história, um falso processo do falso contra o verdadeiro. Não há guerra ou confronto entre memória e história, nem defesa exclusiva de um território que os historiadores queiram reservar somente para si. Não apenas não há história sem memória, como também os recursos insubstituíveis desta última são uma matriz da história. Com a condição de que — e os problemas começam aí — sejam submetidos ao crivo e ao rigor das exigências de método, como todos os objetos da história e como deve ser a escrita da própria história.

Portanto, o papel e a legitimidade da memória não estão em causa, e quanto a isso não deve haver nenhuma ambiguidade. O que está em questão aqui evidentemente é a alquimia das relações entre memória e opinião, as transformações causadas pelos modos como elas são usadas, as interferências confusas que criam situações de concorrência, de conflito ou mesmo de “guerra das memórias”. A memória pode se tornar um material explosivo quando não transmite senão ideologia, disfarçada de elemento suplementar. Ela se presta a várias deturpações quando é

¹² Os casos Kravchenko e David Rousset. Este último, tendo sobrevivido à deportação, escreveu em 1946 o livro *L'univers concentrationnaire* (ver Rousset, 1981).

¹³ O comunista Pierre Daix (amigo de Aragon e jornalista de *Les lettres françaises*) declarou sua matrícula nº 59807 de deportado para Mauthausen, e Marie-Claude Vaillant-Couturier, deportada para Auschwitz e depois Ravensbrück, personalidade comunista emblemática, contestou o depoimento de Margarete Buber-Neuman, que conhecera tanto os campos soviéticos quanto os nazistas, dizendo considerar o sistema penitenciário soviético “o mais desejável para o mundo inteiro”.

tratada de maneira ingênua, unicamente pelo prisma da compaixão, do sofrimento, do ressentimento e das reivindicações identitárias.

A memória é ensinada há pouco tempo na França, no secundário, através do exemplo da II Guerra Mundial. Sem falar dos conteúdos, às vezes discutíveis porquanto meros reflexos das tendências vigentes e da vulgata atual, é forçoso reconhecer com pesar que a maioria dos livros didáticos não toma nenhuma precaução metodológica para alertar sobre um tema que não é história, mas que em nada se apresenta como diferente, como outro, como necessariamente distinto.

Conclusões

Que deduzir desse percurso incompleto, simplificado, e no entanto difícil, em que tudo permanentemente se sobrepõe?

Ao conduzi-la sobre o terreno pouco firme e movediço da opinião, ao transformá-la num problema de opinião, os usos sociais, políticos e identitários da memória alteram sua natureza e modificam suas funções. Eles mostram que a memória tem a ver também com a ideologia, que ela pode desvirtuar-se a ponto de por vezes não ter a ver senão com a ideologia.

Estreitamente ligada a seus usos, a apreensão da memória depende igualmente do modo como ela se exprime. Entre a onda de denúncias contra uma memória tirânica e os silêncios da memória, memórias silenciosas porquanto sufocadas ou inaudíveis, existe um espaço considerável, um mundo de diferenças. Na análise dos diversos níveis de expressão, tudo revela a importância primordial da relação com o tempo, dos cruzamentos de temporalidades e das aparências enganosas.

Diante das questões apresentadas, as respostas não raro parecem frágeis. Por que razão uma sociedade num dado momento de sua história se reconhece numa representação do passado transmitida pela memória é uma questão que permanece em aberto. Ela fica no plano da interpretação, com os riscos de um superinterpretação.

Estas modestas observações a respeito do binômio memória/opinião reformulam o problema fundamental do sentido a ser atribuído à relação dos homens com seu passado. Como ao mesmo tempo ser fiel ao passado e libertar-se dele? Uma determinada concepção da memória abre caminho para uma espécie de sujeição ao passado ou de reclusão no passado. Já a história

diz que a compreensão do passado deve fornecer a chave para se livrar de um fardo às vezes pesado demais e para tornar possível o *viver juntos*.

Em 20 de julho de 1949, aqui, no Rio de Janeiro, Lucien Febvre não falou sobre a memória, mas enfatizou justamente a necessidade de não se deixar esmagar pelo passado pelo acúmulo desumano de fatos herdados, pela pressão irresistível dos mortos oprimindo os vivos. Falou da necessidade, para se viver, de se opor ao *sonho assassino* que pretendia impor aos vivos uma lei inviolável porquanto ditada pelos mortos. Disse ele então, e deixou-lhe a última palavra, mais atual do que nunca: “a história é um meio de organizar o passado para que ele não pese demais sobre os ombros dos homens. É em função da vida que ela interroga a morte”.¹⁴

Referências

FEBVRE, Lucien. Vers une autre histoire. In: _____. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1992.

LAVABRE, Marie-Claire. *Le fil rouge. Sociologie de la mémoire communiste*. Paris: FNSP, 1994.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

ROUSSET, David. *L'univers concentrationnaire*. Paris: Minuit, 1981.

¹⁴ Febvre, 1992.